



A VOZ DA COMUNIDADE

Espaço reservados para os nossos leitores exprimirem opiniões sobre fatos e problemas da comunidade (A responsabilidade dos artigos é dos autores que os assinam)

Legalização de documentos no consulado

Explicamos para os que não conhecem o assunto. Um documento brasileiro, para ter valor legal na Itália, deve ser legalizado no Consulado Italiano. Isso porque o governo brasileiro não aderiu a uma Convenção de Haia, chamada "Apostille" que dispensaria essa legalização. Essa é mais uma das muitas razões porque os argentinos estão na nossa frente, tanto no que diz respeito à facilidade ou dificuldade em obter como no número de cidadanias reconhecidas.

Na prática hoje quem não quer se submeter à longa espera de meio século (ou mais - que absurdo... a unidade de me-

da passou a ser o século...) para ter a cidadania italiana reconhecida, e quer fazer o processo na Itália, é obrigado a legalizar seus documentos num Consulado ou Vice-Consulado italiano.

Soubemos que o Consulado de S. Paulo teria cancelado a autorização para os Vice-Consulados efetuarem essas legalizações, com óbvios prejuízos aos usuários, e fomos atrás tentar descobrir o que estava acontecendo.

A troca de mensagens que daí se originou é reproduzida abaixo.



Data: Wed, 25 Jul 2007 19:27:32 -0300
Para: Comites S. Paulo - Rita Blasioli - Presidente
De: Vezio Nardini vezionardini@terra.com.br
Assunto: Vice Consulados

From: "Vezio Nardini"
To: Console Generale Marsilli - S. Paulo
Sent: Sunday, August 12, 2007 8:13 PM
Subject: Consolarizzazione documenti nei vice-consolati

Rita, ouvi um rumor que estariam sendo cortadas atribuições aos nossos vice consulados.

Sabes de alguma coisa?

É uma medida geral, vinda de Roma para todos os vice-consulados, ou restrita aos da Circunscrição de S. Paulo?

Se a resposta de alguma forma tem fundamento, o que está sendo cortado? quais as razões para tal?

Obrigado, abraços,
Vezio Nardini

Caro Ministro, Corrono voci che la consolarizzazione dei documenti nei vice-consolati è stata sospesa e che adesso tutto il lavoro è concentrato a San Paolo. Le domando se la notizia procede, se è una disposizione temporanea o no; che motivi sono sopraggiunti per prendere tale decisione; se è stata una orientazione ricevuta da superiori; se identica misura è stata adottata in altri consolati.

Ricordo che tempo fa c'era la lamentela che i vice consolati ricevevano pochi franco-bolli per questo servizio e che sempre ci siamo battuti per aumentare le incombenze dei vice-consolati anche come forma di diminuire il lavoro che ricade sul Consolato a San Paolo.

Con cordiali saluti,
Vezio Nardini
Editore rivista ORIUNDI

From: "Marco Marsilli"
To: "Vezio Nardini"
Subject: Re: Consolarizzazione documenti nei vice-consolati
Date: Mon, 13 Aug 2007 19:39:02 -0300

Egregio Signor Nardini, in riferimento alla sua mail, confermo che l'attività di legalizzazione (il termine "consolarizzazione" e' improprio) dei documenti risulta accentrata presso il Consolato Generale di San Paolo.

La nuova situazione e' da mattere in relazione ad una decisione del Ministero degli Esteri di concentrare presso gli Uffici consolari di prima categoria (quelli retti da funzionari di carriera) tale tipo di attività'. Si tratta di una misura di portata generale, mentre non dispongo di elementi per formulare previsioni di carattere temporale. Cordialmente,
Marco Marsilli

Data: Thu, 26 Jul 2007 14:13:54 -0300
Per: "Rita Blasioli Costa"
Da: Vezio Nardini
Oggetto: Re: Vice Consulados

Grazie, ma... controlla e vedrai che il problema non deve essere solo di bolli...
ciaò, **Vezio**

From: Vezio Nardini
Subject: Consolarizzazione documenti nei vice-consolati

Retransmito informação recebida do Consol Geral em S. Paulo, a respeito de questionamento meu feito relativamente à suspensão da legalização dos documentos nos Vice-Consulados.

Creio desnecessários quaisquer comentários meus.

atenciosamente,
Vezio Nardini

From: "R. Gagliardi"
To: bravagente@yahoogroups.com
Subject: [BG] Consolarizzazione documenti nei vice-consolati

Vezio, Se me permite.... ma che cazzo!

Enquanto eles centralizam o trabalho, provavelmente com o mesmo número de funcionários de antes, o que vai provocar maior demora na legalização dos documentos, leio no jornal Correio Popular (Campinas) de hoje que o Vice-Consul daqui vai receber uma delegação de cónsules em um almoço na Escola Preparatória de Cadetes do Exército!

Absolutamente nada contra o Sr. Alvaro (N.d.R. Alvaro Cotomacci é Vice Consul em Campinas), pessoa excelente, mas, mais que nunca, o cargo de Vice-Consul e respectivos assessores tornou-se meramente decorativo!

Renato Gagliardi - Campinas

To: <bravagente@yahoogroups.com
From: "Fatima Rinaldi"
Subject: Re: [BG] Consolarizzazione documenti nei vice-consolati

Oi Renato, O André Lettieri aqui em Santos, não é nada diferente. Ele também é vice-cônsul da Holanda e funciona tudo no mesmo lugar. Infelizmente essa turma só quer saber de se auto-promover e o consulado em São Paulo se considera o deus-todo-poderoso,

so, o que dita as normas e o povo abaixa a cabeça e obedece sem reclamar.

Infelizmente não é diferente a situação do consulado brasileiro em Milano. De vários funcionários, dois ou três se salvam. O resto, incluindo o cónsul, estão lá para folia e para destratar o povo, seja brasileiro ou italiano.

Eu acho que faltei em alguma matéria na escola, porque no meu conceito, consulado é uma repartição do governo para entre outras coisas, AJUDAR quem o procura. Não é isso o que se vê.

Arrumei várias brigas no consulado brasileiro, inclusive para oficialização de um matrimônio que o cónsul NÃO queria fazer e por Lei, ele é que pode fazer.

Ele me dizia que não podia, não queria e não ia fazer. Até que eu descobri que ele havia feito tempos atrás, o do vice-cônsul....Veja se ele não é simpático.....

Fatima Rinaldi - Santos

To: <bravagente@yahoogroups.com
From: "Rossana"
Subject: Re:[BG] Problemas no Consulado Italiano do RJ

Aqui no Rio a coisa também está ficando feia em termos de espera noconsulado. O passaporte que demorava apenas 15 dias, está demorando 4 meses.Por estarem fornecendo o modelo totalmente digital, alegam que sua confecção é feita em Roma por motivos de segurança. Verifiquei pessoalmente hoje essedesalabro, pois fui até lá ver se o passaporte de uma prima estava pronto.

Conversei com algumas pessoas que estavam lá para o mesmo fim e estão todos amargando a mesma espera.

Verifiquei, também, uma coisa muito triste: discriminação explícita porparte do pessoal do consulado no tratamento dado aos italianos natos e aositalianos jus sanguinis. Os natos, que estão trabalhando aqui ou fazendo qualquer outra coisa, não enfrentam fila nem pegam senha para atendimento.

Na bisbilhotice, pude constatar que eles agendam suas necessidades por telefone, sabe-se lá qual, já que pelo tel oficial do consulado é impossível, já que nem atendem às ligações. Não gostei do que vi.

Abraços
Rossana Ricciardi - Rio

From: "R. Gagliardi"
To: bravagente@yahoogroups.com
Subject: Problemas no Consulado Italiano do RJ

Rossana, Vezio e demais, Muito do que aborda a Rossana aqui já é padrão dos Consulados Italianos, pelo menos aqueles em solo brasileiro.

Só que o tratamento diferenciado dado a italianos de primeira e segunda categorias é uma denúncia grave e deveria ser apurado...Vezio, não caberia ao Comites fazer alguma coisa?

Renato Gagliardi - Campinas

To: "Grupo Brava Gente"
From: "Francisco Marcuzzo"
Subject: [BG] legalização de certidões em SP

... Eu pretendia fazer as minhas legalizações em Ribeirão Preto, no vice-consulado, pois é mais perto da minha cidade, e já estava na fila de espera para ser chamado no final de agosto para levar os documentos.

Infelizmente, isso não será mais possível, pois centralizaram as legalizações todas no consulado de São Paulo, já faz algumas semanas. Fica a pergunta: Qual é a função dos vice-consulados? ...

Francisco Marcuzzo - S. Carlos

Bem, depois de tantas promessas de que o governo ia se esforçar para regularizar a situação das filas e dos serviços consulares, hoje, desanimado, me desabafei com o Sen. Pollastri dizendo: "Ci stanno prendendo in giro!"

O Sen. Pollastri se mostrou surpreso com o restrição imposta aos Vice Consulados. Prometeu averiguar junto ao Consul.

Circulam rumores, apenas especulativos, pois como vimos a versão oficial é outra, de que a restrição imposta aos Vice Consulados foi devida a "improbidades" apuradas em alguns deles. Assim, por culpa de alguns, toda a comunidade é prejudicada, no lugar de punir os verdadeiros culpados que, provavelmente, apenas estavam tentando salvar o pagamento do aluguel e dos funcionários já que a remuneração que recebem do governo italiano é uma miséria e eles devem se contentar com a "honraria" de representar um tão digno estado dito do primeiro mundo.

Ao Consul Bellelli, do Rio de Janeiro, mandamos cópia da mensagem falando do seu Consulado. Se for verdade o que nos disseram (e bem) do trabalho dele, cremos que tomará providencias.

A mesma mensagem foi transmitida ao Presidente do Comites do Rio e aos jornais da comunidade editados naquela cidade.

Vamos, mais uma vez, esperar, esperançosos...

Só nos resta esperar, ou há outras opções? Saudações a todos, que nos escreveram, que opinaram, que botaram a cara pra bater... Nem todos tem essa coragem. Parabens a todos vocês.

Vezio Nardini / revista Oriundi

To: oriundi@yahoogroups.com
From: "Giovanni Crisi"
Subject: Re: [oriundi] Consolarizzazione documenti nei vice-consolati

Caro Vezio, Primeira domanda: allora a che servono i Vice-Consoli?

Ma lasciamo stare e pensiamo ad una soluzione, anche parziale, per il problema.

Ci sarebbe una via di mezzo: i Vice-Consolati, ed anche gli agenti consolari, ricevono i documenti, verificano la loro autenticità (se non lo sanno fare che razza di Vice-Consoli sono?), li mettono dentro di una busta sulla quale scrivono: "Documenti verificati" e li spediscono al Consolato Generale.

Il funzionario addetto del Consolato, sapendo che l'autenticità è stata verificata dai Vice-Consoli e agenti, si limita a collare i bolli, firmare la legalizzazione e rispedire la busta al mittente.

E se non ha fiducia sull'autenticazione, allora resta solamente una via: dimettere il Vice-Console o agente incompetente e nominarne uno competente.

In questo caso ci sarebbe da fare una seconda e una terza domanda: Seconda: E chi è stato il Console Generale che ha nominato un incompetente?

Terza: E perchè il tale Console General l'ha nominato? Era un incompetente anche lui, che non sapeva scegliere i suoi collaboratori?

O c'erano altri motivi? E se c'erano, quali sono?

Caro Vezio, se ti sembra, puoi pubblicare la lettera su Oriundi.

Tante belle cose.

Crisi Giovanni - S. Paulo

CITTADINANZA:

Il sen. Pollastri fa il punto della situazione

“Con riferimento all’articolo sulla cittadinanza, comparso sulla rivista ‘Veja’ (N.d.R. “Non per Tutti”, riprodotto a pag. 10 dell’edizione anteriore della rivista Oriundi), nonché alle e-mail successivamente ricevute, desidero chiarire alcuni punti.

Qualcuno mi accusa di aver dimenticato il Brasile, ma questa affermazione è totalmente infondata, perché tutta la mia attività presso il Senato e nelle varie istituzioni italiane, il lavoro di informazione e contatti sono un mio personale e costante impegno per valorizzare il Brasile sotto tutti gli aspetti: culturali, sociali, economici. La stessa Ambasciata brasiliana a Roma e molte autorità governative brasiliane ne sono testimoni: senza ombra di dubbio il Brasile non è mai stato così presente in Italia come in questo momento.

Circa il delicato problema della cittadinanza è bene fare il punto della situazione, perché mi pare che si stiano diffondendo notizie confuse e qualche volta prive di fondamento.

La legge in vigore è la numero 91 del 5 febbraio 1992. Attualmente esiste un disegno di legge di iniziativa governativa che prevede grosso modo le seguenti modifiche alla normativa esistente: a) introduzione dello ius soli accanto allo ius sanguinis quali principi di trasmissione della cittadinanza; b) riduzione da 10 a 5 anni per la naturalizzazione dello straniero legalmente residente in Italia; c) riacquisto della cittadinanza senza limiti temporali per chi l’aveva perduta per acquisto di altra cittadinanza; d) riacquisto della cittadinanza da parte della donna che l’aveva perduta per matrimonio con straniero contratto prima del 1 gennaio 1948. Il diritto di riacquisto è esteso anche ai figli nati prima del 1 gennaio 1948, anche se la madre è deceduta; e) requisito dell’integrazione linguistico-culturale in alcuni casi di naturalizzazione previsti dal disegno di legge.

Il disegno di legge è ancora all’esame della Camera dei deputati.

Ovviamente quando questa legge arriverà in Senato sarà oggetto di profonda e attenta analisi da parte delle varie commissioni interessate e in particolare della commissione Affari Esteri e del Comitato per gli italiani all’estero , appena costituito, organi dei quali faccio parte. In quelle sedi potrò formulare le mie osservazioni e proposte anche basandomi sui numerosi suggerimenti ricevuti e che riceverò. Chiarisco che non sono mai stato contrario all’emendamento presentato dall’Onorevole Merlo circa il riconoscimento della cittadinanza per linea materna per tutti i discendenti, non solo figli, anche se nati prima del 1 gennaio 1948, che mi trova totalmente favorevole, trattandosi di mettere fine ad una ingiusta discriminazione tra uomo e donna.

Tengo particolarmente a sottolineare che la questione della limitazione temporale della discendenza ius sanguinis che tante discussioni ha già suscitato, per il momento non fa parte di nessun disegno di legge e tutte le opinioni espresse in merito sono attualmente solo pura teoria all’interno di un dibattito aperto su un tema particolarmente delicato.

Le mie dichiarazioni volevano soltanto spiegare qual è, indipendentemente dai partiti politici, il clima nei due rami del Parlamento orientato a porre una limitazione trovandosi davanti al fatto che decine di milioni di discendenti italiani in linea di principio per lo ius sanguinis hanno diritto ad avere riconosciuta la cittadinanza italiana, fatto che oggettivamente genera dei problemi. Ad esempio l’impatto sulla rete consolare che, con le attuali strutture, impiegherà decenni per smaltire le richieste di riconoscimento.

Tutte le problematiche giuridiche connesse sono e saranno materia di un attento esame da parte di giuristi esperti nel corso dell’iter parlamentare. Non esiste, ripeto, alcun disegno di legge o emendamento che preveda alcuna limitazione al principio dello ius sanguinis per il momento e non sarò certo io a presentarlo né a sostenerlo. Ho semplicemente fatto presente, e forse sono stato frainteso, che esiste un orientamento di tutti i partiti per cercare di adeguare la legge sulla cittadinanza alle esigenze ed ai problemi presentatisi negli ultimi anni ed alle nuove realtà, come l’immigrazione o l’integrazione europea. La discendenza jus sanguinis è uno dei vari temi che si inserisce nel dibattito generale sulla cittadinanza.

Comprendo tutte le ragioni di chi è legato all’Italia e vuole che questo forte legame venga riconosciuto, ma ho cercato di essere pratico e di informare i cittadini, spiegando ciò che sta avvenendo nel Parlamento italiano sulla riforma della legge sulla cittadinanza, riforma che comunque, a mio avviso, avrà ampi dibattiti e tempi lunghi.

Ben volentieri accetto, ovviamente in forma non polemica, suggerimenti e opinioni che possano essere di ausilio per maggiormente approfondire e valutare questa complessa materia”.

(Roma, 23 luglio 2007)

